



Relatório & Contas

Consolidadas

2016

Nestlé Portugal, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Senhores,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, o Conselho de Administração da Nestlé Portugal, S.A. vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão consolidado e as Contas consolidadas respeitantes ao período findo em 31 de Dezembro de 2016.

1. SITUAÇÃO MACRO-ECONÓMICA ENVOLVENTE

Estima-se que em 2016 a economia mundial tenha crescido 3,1% (vs. 3,2% em 2015). O crescimento das economias avançadas foi acima do espetável, no entanto, o mesmo foi acompanhado por uma desaceleração inesperada em algumas economias emergentes (em especial da China). Por outro lado, também o aumento de preços de *commodities* (em especial petróleo) teve impactos na desaceleração do crescimento.

A economia da Zona Euro demonstrou uma resistência notável às incertezas geopolíticas que ocorreram em 2016, desafiando assim as expectativas anteriores de uma recuperação mais lenta. Prevê-se um crescimento de 1,7% em 2016, ligeiramente abaixo dos 1,9% de 2015.

Para a economia portuguesa em 2016, terá registado um aumento de 1,4% do PIB (1,5% em 2015), terminando acima das expectativas, sendo o terceiro ano consecutivo de expansão económica (embora abaixo da Zona Euro). Este crescimento foi impulsionado pelo aumento das Exportações (+2,0% vs. 2015), expansão do Consumo Público (que deverá registar em 2016 um crescimento de 1,0%) e do Consumo Privado, que deverá crescer 2,1%.

A expectativa é que a taxa de desemprego diminua, mas continuando acima dos 2 dígitos (11,9%).

Em 2016, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) fixou-se em 0,7% (0,5% em 2015), antecipando-se que seja próxima de 1,1% em 2017.

OS dados macroeconómicos acima mencionados foram extraídos do relatório da OCDE.

2. ACTIVIDADE DO GRUPO

2.1. Empresas incluídas no Grupo Nestlé Portugal e atividade desenvolvida.

O universo das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo integrou, em 31 de Dezembro de 2016, as seguintes empresas:

	% de Participação
Nestlé Portugal, S.A.	Casa - mãe
Prolacto – Lacticínios de São Miguel, S.A.	100%
Cereal Associados Portugal, A.E.I.E.	50%

Em 2016 verificou-se a continuação da recuperação da atividade económica em que o contributo da procura interna assim como o comportamento assinalável das exportações foram determinantes para o crescimento em 1,4 por cento do produto interno bruto (PIB).

No que se refere à evolução dos principais indicadores macroeconómicos de realçar o aumento do consumo privado e a criação de emprego associado ao dinamismo empresarial acentuando-se a tendência de descida da taxa de desemprego vs. períodos anteriores.

Em termos de índice de preços, 2016 caracteriza-se por uma ligeira variação positiva. No entanto é expectável no curto prazo o aumento da taxa de inflação fruto do aumento dos preços dos bens energéticos interrompendo uma tendência de queda verificada nos anos anteriores.

Deste modo, fruto do contributo positivo da evolução do desemprego e das expectativas relativas à situação económica de Portugal o nível de confiança dos consumidores aumentou em 2016 contribuindo favoravelmente para a melhoria do volume de negócios da Nestlé Portugal.

Num ano em que a atividade económica portuguesa acelerou, refletindo-se num maior dinamismo no consumo, a Nestlé Portugal intensificou a inovação nas cerca de 90 marcas do seu portefólio, reforçando o seu contributo para a melhoria da qualidade de vida das famílias portuguesas, através da otimização nutricional de muitas das suas receitas. No total, a inovação representou 15% do volume de vendas.

Tendo como propósito "Melhorar a qualidade de vida e contribuir para um futuro mais saudável", a Nestlé Portugal tem os seus valores baseados no respeito com as áreas de impacto nas pessoas e famílias, nas nossas comunidades e no planeta protegendo os recursos para as gerações futuras.

Por último, o nosso modelo de negócio considera que para vencermos no mercado atual temos que continuar a promover a geração anual de eficiências, focalizando os nossos investimentos em categorias estratégicas de crescimento ganhando quotas de mercado e entregando rentabilidades de forma sólida e sustentada.

2.2. Política de investimentos

O Grupo continuou a desenvolver uma política de investimentos em linha com os objetivos definidos, com especial incidência nas áreas de Vendas e Distribuição, de Produção e das Tecnologias de Informação das diferentes empresas, que ascenderam a 15 milhões de Euros.

Na área de Produção, e pela importância que as fábricas desempenham na estratégia de desenvolvimento dos nossos produtos e marcas em Portugal, foram efetuados investimentos com o objetivo de dotar as fábricas do Grupo com os meios técnicos necessários às exigências da produção e qualidade atuais.

2.3. Performance

O crescimento sustentado da procura interna a par de um crescimento robusto das exportações, teve um impacto positivo na evolução dos negócios em 2016.

Reflexo de uma evolução favorável do rendimento disponível real das famílias e de uma melhoria nas expectativas quanto ao rendimento permanente.

Os resultados operacionais do Grupo atingiram o montante de 31.177 milhares de euros, contra 23.979 milhares de euros em 2015. Representando uma melhoria de 16%, sem considerar a mais-valia obtida (171,6 Mio euros) com a venda da participação que tínhamos na Lactalis Product Frais em 2015, bem como a venda em 2016 do negócio dos gelados, onde obtivemos uma mais-valia de 3,5 Mio de Euros.

Neste ambiente competitivo, salientamos que os resultados apresentados pelo Grupo Nestlé são claramente demonstradores da adequação das opções estratégicas delineadas e do excelente trabalho desenvolvido por todos os seus colaboradores que, face ao enquadramento económico e financeiro adverso, souberam reagir proactivamente, atingindo, em geral, os objetivos de rentabilidade fixados pelo Grupo.

2.4. Volume de negócios

O volume de negócios consolidado das empresas do Grupo Nestlé em Portugal, durante o período de 2016, atingiu o montante de 479.942 milhares de euros, o que constitui um aumento de 17.338 milhares de euros comparativamente com o ano de 2015.

Os maiores crescimentos de vendas foram registados nos negócios de NESCAFÉ Dolce Gusto, Nespresso, Cafés Torrados, Lácteos & Cereais e Petfood. Um destaque especial para o bom momento de recuperação que se verificou nos negócios do Fora do Lar, em especial os Cafés Torrados, que beneficiaram diretamente do forte crescimento do sector do Turismo no nosso país.

Conforme mencionado o contributo positivo das exportações na recuperação da atividade económica foi igualmente verificado nas vendas da Nestlé Portugal contribuindo este canal com um volume de negócios no montante de 74 milhões de euros representando 15% do total das vendas anuais.

3. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito da prossecução do seu objeto social e tal como aconteceu nos anos anteriores, no período de 2016 a o Grupo manteve em vigor os contratos de prestação de serviços celebrados com a sociedade Longa Vida – Indústrias Lácteas, S.A.

4. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2016, o Grupo Nestlé não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública.

5. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

Os resultados do Grupo Nestlé Portugal espelham a consistência dos critérios e princípios contabilísticos adotados durante o período e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), segundo o decreto-lei nº 158/2009, de 13 de Julho com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

O resultado consolidado líquido do período, positivo, de 21.000 milhares de euros, representa um aumento de 4.309 Milhares de euros face ao do período de 2015, expurgando do resultado de 2015 o efeito positivo nessas contas no montante de 195.581 milhares de Euros referentes à venda da participação que o Grupo detinha na Lactalis Product Frais (o que inclui a mais valia de 170.600 milhares de euros),

Após o encerramento do período do ano 2016 não ocorreram quaisquer factos relevantes suscetíveis de alterar significativamente a situação financeira das Empresas que constituem o Grupo Nestlé em Portugal ou os resultados aqui apresentados.

6. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DO GRUPO

Queremos continuar a reforçar a presença da Nestlé Portugal na sociedade visando o alargamento da nossa posição no sector alimentar pela crescente confiança dos nossos consumidores fruto da excelência, diferenciação e qualidade dos nossos produtos, operações e serviços.

Temos consciência que a performance da Nestlé Portugal depende igualmente do talento dos nossos colaboradores e parceiros. Para tal consideramos que o sucesso dos planos de formação e desenvolvimento de competências em curso têm sido vitais para o reconhecimento e reputação da nossa organização no mercado nacional e internacional,

No entanto o mercado é cada vez mais competitivo e para tal estamos a trabalhar na otimização dos principais processos da organização, para que possamos continuar a entregar o maior valor acrescentado aos nossos consumidores, clientes e colaboradores.

A sustentabilidade do modelo de crescimento e rentabilidade demonstrada pela capacidade de entregar anualmente os resultados comprometidos fazem com que a Nestlé Portugal veja o futuro de forma positiva e em linha com os objetivos delineados e acordados no plano operacional.

7. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Sociedade. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade do Grupo.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. O Grupo definiu uma política de crédito segundo a qual cada novo cliente é analisado individualmente do ponto de vista do seu risco de crédito previamente à sua aceitação como cliente.

Os ajustamentos para imparidade são estimados em função das perdas estimadas na carteira de clientes e outros devedores, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto do grupo.

É de notar que o Grupo possui uma linha de crédito negociada com uma entidade relacionada (Grupo Nestlé), gerindo a sua utilização em função das necessidades de curto prazo.

Risco de mercado

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os lucros do Grupo. Por sua vez, a procura está exposta a diversos fatores que contribuem para o seu carácter volátil, nomeadamente, a sofisticação ou grau de maturidade dos mercados, a estrutura concorrencial, a quebra do ritmo de desenvolvimento económico e alterações ao nível da conjuntura económica, bem como a apresentação no mercado de formas alternativas de disponibilização dos serviços fornecidos.

O Grupo encontra-se exposto a este risco na medida em que os mercados nos quais desenvolve a sua principal atividade se encontram bastante expostos às flutuações nos orçamentos familiares.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do período, que ascende a 21.000 milhares de Euros seja transferido para Resultados Transitados.

9. NOTA FINAL

A Administração agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade do Grupo, designadamente Clientes, Fornecedores, Consultores, Instituições Financeiras e demais Entidades Públicas e Privadas.

O Conselho de Administração expressa ainda o seu reconhecimento a todos os Colaboradores da Empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados no período findo.

Linda-a-Velha, 28 de abril de 2017

A ADMINISTRAÇÃO

Laurent Stéphane Rémy Dereux – Presidente

Jorge Llach Fernandez - Administrador Delegado

Gian Paolo Chiaia – Administrador

Jorge Olalde Betóño – Administrador

Luís Filipe Cardoso Rodrigues – Administrador

Miguel Serra Heras - Administrador

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2016	31 Dezembro 2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	101.840.271	99.796.432
Goodwill	7	598.810	748.512
Ativos intangíveis	7	298.243	425.414
Participações financeiras - outros métodos	8	12.502	12.502
Clientes	9	1.076.360	1.089.899
Diferimentos	10	13.478.692	12.937.570
Ativos por impostos diferidos	11	3.382.704	2.724.666
Total do activo não corrente		120.687.582	117.734.994
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	12	28.646.378	29.052.629
Clientes	9	85.675.204	87.305.750
Estado e outros entes públicos	13	45.563	436.953
Outros créditos a receber	9	4.316.641	3.570.448
Diferimentos	10	8.702.872	7.024.099
Ativos financeiros detidos para negociação	14	2.353.473	473.213
Caixa e depósitos bancários	5	1.579.328	196.656.530
Total do ativo corrente		131.319.459	324.519.622
Total do ativo		252.007.041	442.254.616
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	15	30.000.000	30.000.000
Prémios de emissão	15	13.732.757	13.732.757
Reservas legais	15	6.000.000	6.000.000
Outras reservas	15	(9.099)	(105.681)
Resultados transitados	15	21.940.613	59.668.890
Excedentes de revalorização	15	6.871.515	6.871.515
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	15	(6.322.783)	(3.248.090)
Resultado líquido do período		72.213.003	112.919.391
Total do capital próprio		93.212.154	325.191.113
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	16	3.060.176	4.225.487
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	17	7.817.924	3.963.801
Passivos por impostos diferidos	11	4.132.217	3.835.049
Outras dívidas a pagar	18	791.871	-
Total do passivo não corrente		15.802.188	12.024.337
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	19	74.044.386	64.402.635
Estado e outros entes públicos	13	15.275.874	14.999.868
Financiamentos obtidos	5 / 19	28.356.776	1.465.365
Outras dívidas a pagar	18	24.767.260	22.609.109
Passivos financeiros detidos para negociação	14	548.403	1.562.189
Total do passivo corrente		142.992.699	105.039.165
Total do passivo		158.794.887	117.063.503
Total do capital próprio e do passivo		252.007.041	442.254.616

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2016.

Linda-a-Velha, 28 de abril 2017

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Jorge Liach Fernandez
Gian Paolo Chiaia
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	20	479.942.395	462.603.828
Subsídios à exploração	21	87.344	66.667
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	-	171.600.000
Varição nos inventários da produção	12	(1.417.179)	(1.877.881)
Trabalhos para a própria entidade	6/7	266.870	387.688
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(241.148.992)	(240.480.980)
Fornecimentos e serviços externos	22	(126.732.678)	(116.865.170)
Gastos com o pessoal	23	(67.510.984)	(65.522.837)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	(26.754)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	109.669	292.609
Provisões (aumentos / reduções)	16	(1.415.310)	(1.537.209)
Outros rendimentos	24	12.190.987	9.266.600
Outros gastos	25	(10.620.007)	(10.169.599)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43.725.360	207.763.715
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	(12.547.977)	(11.986.348)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	6	-	(198.377)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31.177.383	195.578.990
Juros e rendimentos similares obtidos	27	21.732	29.342
Juros e gastos similares suportados	27	(306.137)	(523.112)
Resultado antes de impostos		30.892.978	195.085.220
Imposto sobre o rendimento do período	11	(9.893.827)	17.186.502
Resultado líquido do período		20.999.151	212.271.723

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Linda-a-Velha, 28 de abril 2017

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Jorge Lluch Fernandez
Gian Paolo Chiaia
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLE PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016		30 000 000	13 732 757	6 000 000	(105 661)	59 668 890	6 871 515	(3 248 090)	212 271 722	325 191 113
Alterações no período:										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	15	-	-	-	(34 822)	-	-	1 120 010	-	1 085 188
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15	-	-	-	131 403	-	-	(4 194 702)	-	(4 063 299)
		30 000 000	13 732 757	6 000 000	(9 100)	59 668 890	6 871 515	(8 322 783)	212 271 722	322 213 002
Resultado líquido do período									20 999 151	20 999 151
Resultado integral									233 270 873	343 212 153
Operações com detentores de capital no período										
Distribuições	15	-	-	-	-	(250 000 000)	-	-	-	(250 000 000)
Outras operações	15	-	-	-	-	212 271 722	-	-	(212 271 722)	-
		-	-	-	-	(37 728 278)	-	-	(212 271 722)	(250 000 000)
Posição no fim do período 2016		30 000 000	13 732 757	6 000 000	(9 099)	21 840 613	6 871 515	(8 322 783)	20 999 151	93 212 154

Linda-a-Velha, 28 de abril 2017

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Remy Deteux
Jorge Llach Fernandez
Gian Paolo Chiala
Jorge Cláudio Beirão
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2015

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2015		30.000.000	13.732.757	6.000.000	(432.951)	59.017.366	6.871.515	(4.145.143)	17.043.524	128.087.069
Alterações no período:										
Ajustamentos por impostos diferidos	15	-	-	-	(117.995)	-	-	(303.319)	-	(421.314)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:	15	-	-	-	445.265	-	-	1.200.372	-	1.645.636
		<u>30.000.000</u>	<u>13.732.757</u>	<u>6.000.000</u>	<u>(105.681)</u>	<u>59.017.366</u>	<u>6.871.515</u>	<u>(3.248.090)</u>	<u>17.043.524</u>	<u>129.311.390,68</u>
Resultado líquido do período									212.271.723	212.271.723
Resultado integral									<u>229.315.246</u>	<u>341.583.113</u>
Operações com detentores de capital no período										
Distribuições	15	-	-	-	-	(16.392.000)	-	-	-	(16.392.000)
Outras operações	15	-	-	-	-	17.043.524	-	-	(17.043.524)	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>651.524</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.043.524)</u>	<u>(16.392.000)</u>
Posição no fim do período 2015		<u>30.000.000</u>	<u>13.732.757</u>	<u>6.000.000</u>	<u>(105.681)</u>	<u>59.668.890</u>	<u>6.871.515</u>	<u>(3.248.090)</u>	<u>212.271.722</u>	<u>325.191.113</u>

Linda-a-Velha, 9 de maio 2016

O Contabilista Certificado

Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração

Laurent Stéphane Rémy Dereux
Jorge Llach Fernandez
Gian Paolo Chiaia
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.
CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		486.264.673	467.003.639
Pagamentos a fornecedores		(368.579.234)	(365.852.354)
Pagamentos ao pessoal		(68.625.710)	(68.392.596)
Caixa gerada pelas operações		49.159.631	32.758.719
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(7.291.769)	(6.752.161)
Outros recebimentos / pagamentos		(1.588.766)	1.124.237
Fluxos das atividades operacionais [1]		40.279.093	27.130.795
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(15.625.706)	(17.027.552)
Ativos intangíveis		(126.950)	(296.626)
Investimentos financeiros		-	(0)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		339.682	12.817
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	273.000.000
Outros ativos		3.449.673	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		21.732	29.342
Dividendos		-	0
Fluxos das atividades de investimento [2]		(11.941.569)	255.718.082
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(306.138)	(523.112)
Dividendos	15	(250.000.000)	(16.392.000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(250.306.138)	(16.915.112)
Variação do caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(221.968.614)	265.933.766
Efeito das diferenças do câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	195.191.165	(70.742.599)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	(26.777.448)	195.191.165

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Linda-a-Velha, 28 de abril de 2017

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Deraux
Jorge Liachi Fernandez
Gian Paolo Chiaia
Jorge Ojalda Baloña
Luís Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.

Consolidado

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Nestlé Portugal, S.A., ("Nestlé Portugal" ou "Empresa/Sociedade") é uma sociedade anónima constituída em Avanca em 10 de Março de 1923, com sede em Linda-a-Velha. A Empresa tem como atividade principal a fabricação, importação e comercialização de produtos alimentares. A Empresa é detida integralmente pela Nestlé España, S.A. com sede social em Avd. Paisos Catalons, 8950 – Esplugues de Llobregat, Espanha.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1– Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras da Nestlé Portugal S.A., foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo consolidado, são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Conselho de Administração*, na reunião de 28 de abril de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Acionistas*, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa consolidados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2016 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2015.

Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Nestlé Portugal, S.A. incluem as contas da subsidiária Prolacto – Lactínios de S.Miguel, S.A. em que participa no respetivo capital social (100%) exercendo o controlo da sua gestão, a qual foi englobada pelo método da consolidação integral de acordo com a NCRF 15. O agrupamento Cereal Associados Portugal A.E.I.E. detido em 50% foi englobado pelo método de consolidação proporcional de acordo com a NCRF 13.

Para as sociedades englobadas na consolidação, procede-se à eliminação dos saldos e das transações significativas (com os correspondentes rendimentos e gastos) entre as empresas consolidantes (na respetiva proporção em que as mesmas são consolidadas).

As participações que não são objeto de consolidação pelo método integral, equivalência patrimonial ou consolidação proporcional, estão contabilizadas ao Custo.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Grupo.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Não existem outras contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível e pela aplicação do modelo do custo considerado no que se refere à mensuração dos terrenos. Os ativos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 4.3.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Com exceção do mencionado nos parágrafos seguintes, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Na data da transição para as NCRF, o Grupo decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado (quando aplicável) determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Na data de transição para as NCRF o custo considerado para a rubrica "terrenos", foi suportado por avaliações efetuadas a todas as instalações com exceção das instalações detidas para venda à data de relato (armazém da Pedrulha e armazém da Guia), bem como as instalações da fábrica e do centro de distribuição de Avanca (tendo em conta a antiguidade e o processo de reorganização de cadernetas prediais). Para os ativos totalmente depreciados em POC o custo considerado foi a nossa melhor estimativa, considerando as vidas úteis que o grupo Nestlé utiliza para a depreciação dos seus ativos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas de manutenção e reparação (dispendios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o

período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. O Grupo deprecia os seus ativos de acordo com as vidas úteis do Grupo Nestlé (Nestlé Accounting Standards) que correspondem à melhor estimativa do Grupo.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Edifícios e outras construções	20 a 30
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	3 a 5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	3 a 10

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

4.2.2. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo rendimento financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.2.3. Ativos intangíveis

O Grupo reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para o Grupo e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incursos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. Nas licenças de emissão de CO2 a vida útil estimada é de acordo com os consumos efetivos ocorridos durante o período.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

Classe de bens	Vida Útil
Programas de computador	3 a 5
Propriedade industrial	2 a 20
Outros activos intangíveis:	
- Licenças emissão CO2	de acordo com o consumo

4.2.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.5. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas e Goodwill

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill. A amortização desse goodwill conforme alteração dada pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho é agora permitida e o Grupo amortizará o Goodwill gerado pela aquisição do negócio da Wyeth em 5 anos. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do período.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

4.2.6. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual). O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários, a existirem, são registadas na rubrica da demonstração de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais. Em cada data de relato o Grupo verifica se o custo de produção é inferior ao valor realizável líquido.

O método de custeio das saídas de inventários adotado pelo Grupo é o custo médio.

4.2.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os gastos/abatimentos e descontos em vendas ("TTS – Total Trade Spend") contratualizados nos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com clientes são registados no período contratualizado e deduzidos às vendas desse período e, consequentemente, deduzidos às dívidas de clientes em balanço.

b) Caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos bancários englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e outras contas a pagar são geralmente registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

f) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes financiamentos não difere substancialmente do valor nominal.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, *comissões bancárias ou imposto do selo*, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

4.2.8. Contabilidade de Cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco cambial e risco de preço resultante da sua atividade operacional. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados, que cumprem os critérios de contabilidade de cobertura, reconhecem-se inicialmente pelo seu justo valor, acrescidos, quando aplicável de todos os custos inerentes à sua transação e que são atribuídos diretamente à aquisição dos mesmos ou menos, se for o caso, aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à emissão dos mesmos.

No início da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, assim como o objetivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura, só se aplica quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz desde o início da cobertura e nos períodos seguintes para conseguir compensar as alterações do justo valor ou os fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, durante o período para o qual se tenha a mesma (análise prospetiva) e a eficácia real, que pode ser determinada com fiabilidade, dentro de um intervalo de 80-125% (análise retrospectiva).

Para efeitos do seu registo e valorização, as operações de cobertura realizadas pelo Grupo no período de 2016 classificam-se como de cobertura de fluxos de caixa.

Além disso, a cobertura dos fluxos de caixa das operações previstas, o Grupo avalia se essas transações são altamente prováveis e se a exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados do período.

O Grupo possui instrumentos financeiros de cobertura, basicamente, contratos de futuros e opções para cobrir o risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas e contratos futuros que cobrem os riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro onde opera. O Grupo avalia, no momento da contratação e periodicamente se os contratos devem ser reconhecidos como instrumentos financeiros derivados. Para este efeito, o Grupo tem um controle e registo separado dos contratos que satisfaçam

as condições para não serem classificados como instrumentos financeiros derivados e aqueles que devem ser considerados como de negociação.

Estes derivados de cobertura de fluxos de caixa são avaliados a valor de mercado na data da contratação. As alterações subsequentes no valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada eficaz são reconhecidos em Capital próprio "Outras reservas," não se reconhecendo como resultados até que os ganhos ou perdas das operações abrangidas sejam registadas em resultados, ou até a data de vencimento das operações. A parte da cobertura que se considere ineficaz, assim como ao componente específico do ganho ou perda ou fluxos de caixa relacionados com instrumentos de cobertura, excluídos da avaliação da eficácia da cobertura, são reconhecidas a partir do momento da alteração do valor justo dos instrumentos financeiros.

O Grupo interrompe a contabilidade de cobertura prospectivamente quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, terminado ou exercido, a cobertura deixa de cumprir as condições para a contabilidade de cobertura ou o Grupo revogar a designação. A substituição ou renovação sucessiva de um instrumento de cobertura por outro, não é um término ou rescisão, desde que faça parte da estratégia de cobertura documentada. Nestes casos, o valor acumulado em Capital próprio não é reconhecido no resultado até que a transação prevista ocorra. Não obstante os montantes acumulados em Capital próprio são reclassificados em resultados a partir do momento em que o Grupo não espera que a transação prevista se vá concretizar.

4.2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e,
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação; e,
- Possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.2.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

O resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregado de 22,5%.

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 é sujeito a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 7% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos

por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco anos de tributação. Este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos de 2010 e 2011 e seis anos para os períodos de tributação anteriores.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. Este limite ascende a 75% para os exercícios de 2012 e 2013.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

O grupo de sociedades que compõe o Grupo Nestlé Portugal optou, por comunicação de 11 de Fevereiro de 2005 à Direcção-Geral dos Impostos, nos termos do n.º 7 do artigo n.º 63 do CIRCI, pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), válida para cinco períodos, de 2005 até 2009, a qual se prorroga entretanto de forma automática.

4.2.11. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas. No período em relato não foram registadas operações cuja moeda não tenha sido o euro.

4.2.12. Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

4.2.13. Diferimentos/Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo / periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

4.2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

O Grupo constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de formação ou deslocar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem. Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

4.2.15. Benefícios dos empregados

O Grupo reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

a) Planos de participação nos lucros e bónus

O Grupo reconhece o gasto esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus quando, tem uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, e pode fazer uma estimativa fiável da obrigação.

b) Plano pós-emprego de benefícios definidos

Os planos de benefícios pós-emprego (planos de pensões) existentes no Grupo correspondiam, até 31 de Dezembro de 2010, a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma. O plano de Pensões em vigor, de que são beneficiários os trabalhadores ativos e reformados do Grupo Nestlé, teve início em 30 de Novembro de 1988, tendo o contrato constitutivo do fundo sofrido alterações posteriores.

O Grupo alterou (para os colaboradores ativos) o seu plano de benefício definido para um plano de contribuição definida com rendimento mínimo garantido à data de 1 de Janeiro de 2011.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

O Grupo reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

Para fazer face às responsabilidades com o plano de Pensões, a Empresa tem constituído um Fundo de Pensões em conjunto com as restantes empresas do Grupo, gerido por uma entidade externa e independente (BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.).

As responsabilidades pelos pagamentos acima referidos são calculadas com base em estudos atuariais, efetuados pela sociedade gestora atrás indicada, sendo aplicada a NCRF 28 – Benefícios dos empregados para a sua contabilização.

Os pressupostos atuariais de base à avaliação das responsabilidades do Grupo com complementos de reforma, reportados à data do Balanço, traduzem-se nas seguintes taxas reais de atualização:

- Uma rentabilidade real de longo prazo de 5,00%,
- Uma taxa de crescimento dos salários de 1,5 até à idade de reforma
- Uma taxa de crescimento das pensões de 1,00% em 2016 e nos anos seguintes

Estes pressupostos financeiros são considerados ajustados ao plano de benefícios em vigor e a um cenário que se prevê de equilíbrio e estabilidade no longo prazo.

4.2.16. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através de do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que o Grupo retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

4.2.17. Ativos e Passivos contingentes

O Grupo não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo divulga o respetivo passivo contingente.

4.2.18. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato ao Grupo sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

4.2.19. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As NCRE requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados.

pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

4.3.1. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês seguinte à data da entrada em funcionamento do ativo. O Grupo faz uma revisão à vida útil ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

b) Ativos fixos intangíveis

O Grupo avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. O Grupo faz uma revisão à vida útil, ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

4.3.2. Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

4.3.3. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

4.3.4. Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

4.3.5. Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

4.3.6. Estimativa de valores futuros a creditar a clientes no âmbito dos acordos comerciais

Os acordos comerciais ("TTS") cuja contratualização é efetuada percentualmente são reconhecidos na demonstração de resultados como menos venda no momento da faturação dessa venda. Os acordos cuja base contratualizada é por montante e não por percentagem ("Lump Sum") são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período do contrato embora ambos os acordos sejam deduzidos às dívidas de clientes a receber. Devido à incerteza do mercado e ao prolongamento / renegociação de alguns acordos, existe a necessidade de regista alguns acordos recorrendo a estimativas. Deste processo não são esperados ajustamentos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do ano seguinte.

4.3.7. Imparidade de inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem

determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade de inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

4.3.8. Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

4.3.9. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

Não foram identificadas pelo órgão de gestão situações que coloquem em causa a continuidade do mesmo.

4.5 Principais fontes de incerteza das estimativas:

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 4.3.

5 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

5.1 A 31 de Dezembro de 2016 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

5.2 Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2016 detalham-se no mapa seguinte:

ACTIVOS FINANCEIROS	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	139.542	-	139.542	42.384	-	42.384
Depósitos Bancários: Imediatamente Mobilizáveis						
Millennium BCP	-	-	-	-	-	-
Santander Totta	814.183	-	814.183	757.201	-	757.201
BPI	133.270	-	133.270	49.394	-	49.394
Deutsche Bank	153.625	-	153.625	414.862	-	414.862
Citibank	5.240	-	5.240	112.224	-	112.224
BBVA	-	-	-	-	-	-
Cash pooling c/ Nestlé Espanha	333.468	-	333.468	195.280.466	-	195.280.466
	<u>1.579.328</u>	<u>-</u>	<u>1.579.328</u>	<u>196.656.530</u>	<u>-</u>	<u>196.656.530</u>
Descobertos Bancários:						
Santander Totta	-	-	-	-	-	-
Cash pooling c/ Nestlé Espanha	(28.356.776)	-	(28.356.776)	(1.465.365)	-	(1.465.365)
	<u>(28.356.776)</u>	<u>-</u>	<u>(28.356.776)</u>	<u>(1.465.365)</u>	<u>-</u>	<u>(1.465.365)</u>
	<u>(26.777.448)</u>	<u>-</u>	<u>(26.777.447)</u>	<u>195.191.166</u>	<u>-</u>	<u>195.191.166</u>

A conta do Santander Totta funciona por *Cash Pooling* diário com a Nestlé Espanha, o seu saldo está diretamente relacionado com o *timing* dos movimentos de compensação para Clientes em Dezembro de 2016.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2016								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
ctivos								
Saldo inicial	14.801.600	73.202.602	132.418.671	1.581.381	27.287.263	45.178.852	2.312.547	296.782.916
Aquisições	-	385.478	4.971.241	-	3.248.386	5.309.415	1.050.306	14.964.826
Alienações	-	-	(300.774)	(136.532)	(526)	(724.211)	-	(1.162.043)
Transferências	-	(313.249)	1.964.756	-	341.315	175.332	(2.168.154)	-
Abates	-	(1.298.391)	(3.159.056)	(94.017)	(1.467.494)	(4.396.574)	-	(10.415.532)
Outras variações	-	-	-	-	-	870	-	870
Saldo final	14.801.600	71.976.440	135.894.838	1.350.832	29.408.944	45.543.684	1.194.699	300.171.037
mortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	10.126	52.286.353	89.258.066	1.563.643	23.479.629	30.388.668	-	196.986.485
Amortizações do exercício	-	1.712.013	4.546.104	8.389	1.657.315	4.458.512	-	12.382.333
Alienações	-	-	(300.774)	(136.532)	(248)	(379.048)	-	(816.602)
Transferências	-	(3.617)	5.203	(165)	(909)	(512)	-	-
Abates	-	(1.271.929)	(3.156.218)	(86.268)	(1.452.774)	(4.255.131)	-	(10.222.320)
Outras variações	-	-	-	-	-	870	-	870
Saldo final	10.126	52.722.820	90.352.381	1.349.067	23.683.013	30.213.359	-	198.330.766
ctivos líquidos	14.791.474	19.253.620	45.542.457	1.765	5.725.931	15.330.325	1.194.699	101.840.271

	Trespases			Outros	Ativos	
	Goodwill	Programas computador	Propriedade industrial	Ativos intangíveis	Intangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	748.512	26.361.863	516.484	1.249.349	-	28.876.208
Aquisições	-	-	-	57.975	296.525	354.500
Saldo final	748.512	26.361.863	516.484	1.307.324	296.525	29.230.708
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	26.361.863	433.026	1.218.988	-	28.013.877
Amortizações do período	-	-	6.680	36.225	-	42.905
Saldo final	-	26.361.863	439.706	1.255.213	-	28.056.782
Ativos líquidos	748.512	-	76.778	52.111	296.525	1.173.926

As amortizações do período foram registadas em Gastos de depreciação e de amortização, no montante de 165.644 euros (ver nota 26). A Nestlé Portugal iniciou a amortização do Goodwill referente à aquisição do negócio da Wyeth em 5 anos (149.702 euros/ano).

Durante o período foram capitalizados gastos com pessoal no desenvolvimento de software relativo a ativos intangíveis em curso, reconhecidos como trabalhos para a própria entidade no montante de 98.450 euros.

A rubrica de Outros Ativos intangíveis inclui a atribuição de licenças de CO₂ no total de 7.257 toneladas em 2016 e 8.294 toneladas em 2015. Estas atribuições encontram-se valorizadas a 8,04 EUR por tonelada em 2016 e a 6.99 EUR por tonelada em 2015.

No período de 2016 a Empresa emitiu 1.325 toneladas de CO₂ (2015: 1.445 toneladas).

Vidas úteis

A rubrica programas de computador tem uma vida útil definida de 3 anos. Na rubrica "outros ativos intangíveis" está registada a licença referente à emissão de CO₂ que é amortizada de acordo com os consumos efetivos dessas emissões. A amortização deste ativo, registada na rubrica de Gastos de depreciação e de amortização, é acompanhada pelo respetivo rendimento registado em "Outros rendimentos e ganhos". A vida útil do Goodwill foi estimada em 5 anos.

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E GANHOS/PERDAS DE SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Durante os períodos findos em 31/12/2016 e em 31/12/2015 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

2016		
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	12.502	12.502
Activos líquidos	<u>12.502</u>	<u>12.502</u>
2015		
	Custo	Total
Participações financeiras		
Saldo inicial	101.412.502	101.412.502
Aquisições		-
Alienações	(101.400.000)	(101.400.000)
Saldo final	<u>12.502</u>	<u>12.502</u>
Activos líquidos	<u>12.502</u>	<u>12.502</u>

Em 2015 a Sociedade alienou à Nestlé S.A. a participação que detinha na Lactalis Product Frais.

9 ATIVOS FINANCEIROS

Meios Financeiros líquidos

Os meios financeiros líquidos encontram-se detalhados na nota 5.

Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 as contas a receber do Grupo apresentavam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Clientes	1.076.360	-	1.076.360	1.089.899	-	1.089.899
	1.076.360	-	1.076.360	1.089.899	-	1.089.899
Correntes:						
Clientes	92.118.640	(6.443.436)	85.675.204	95.478.496	(8.172.746)	87.305.750
Adiantamentos a fornecedores	303.317	-	303.317	613.072	-	613.072
Outros créditos a receber	4.013.324	-	4.013.324	2.957.376	-	2.957.376
	96.435.281	(6.443.436)	89.991.845	99.048.944	(8.172.746)	90.876.198
	97.511.640	(6.443.436)	91.068.204	100.138.843	(8.172.746)	91.966.097

As quantias registadas em “Clientes” (correntes e não correntes) estão deduzidas das estimativas de *rappel*, bónus e outros descontos comerciais a conceder aos clientes (TTS – “Total Trade Spend”), no âmbito dos acordos comerciais anuais e/ou pontuais celebrados com estes, no montante de 27.492.644 euros (2015: 28.239.689 euros).

A diminuição desta rubrica justifica-se pela melhoria de cobrança em alguns clientes.

Os valores apresentados como não correntes referem-se aos valores a receber após 2016, de acordo com os contratos celebrados.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversões	Saldo Final
Clientes Gerais					
Clientes Cobrança Duvidosa	8.172.746	135.179	(1.619.641)	(244.848)	6.443.436
	8.172.746	135.179	(1.619.641)	(244.848)	6.443.436

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Cientes c/c:	86.298.264	182.669	101.446	169.185	86.751.564
	86.298.264	182.669	101.446	169.185	86.751.564

10 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 as rubricas do ativo corrente e não corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Não correntes:		
"Comparticipações publicitárias"	13.024.027	12.143.211
Outros	454.665	794.359
	13.478.692	12.937.570
Correntes		
"Comparticipações publicitárias"	8.155.086	6.506.001
Outros	547.786	518.098
	8.702.872	7.024.099
	22.181.563	19.961.669

Cerca de 95% desta rubrica respeita ao diferimento das participações publicitárias pré-pagas aos clientes.

11 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2005, o Grupo passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade Nestlé Portugal, S.A..

A Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	9.169.509	7.085.376
	<u>9.169.509</u>	<u>7.085.376</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	724.318	(24.271.878)
	<u>724.318</u>	<u>(24.271.878)</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>9.893.827</u>	<u>(17.186.502)</u>

A reconciliação do imposto corrente apresenta-se como segue:

	2016	2015
Resultado Antes de Impostos	30.892.978	195.085.220
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 21%	6.487.525	40.967.896
Diferenças permanentes:		
Impostos	(8.042)	(81.593)
Ativos tangíveis	51.255	51.255
Benefícios fiscais	(102.613)	(180.390)
Eliminação Dupla Tributação económica	-	-
Outros	(441.639)	(160.826)
Diferenças temporárias:		
Gastos diferidos para efeitos fiscais	146.458	153.477
Alienação Participação Financeira		(36.036.000)
Ativos tangíveis	457.800	493.695
Imparidades e Provisões	145.414	(48.413)
Outros	54.545	16.210
	<u>6.790.704</u>	<u>5.175.311</u>
Derrama, Derrama estadual e Tributação autónoma	<u>2.378.805</u>	<u>1.910.066</u>
Imposto corrente do período	<u>9.169.509</u>	<u>7.085.376</u>
 Taxa Efectiva	 29,68%	 3,63%

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2016	2015	2016	2015
Provisões não consideradas fiscalmente	498.799	645.108	-	-
Benefícios de reforma (Pensões)	2.035.527	1.018.275	-	-
Instrumentos financeiros derivados	-	286.064	(480.858)	-
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilístico de:				
Activos tangíveis	6.470	6.469	(1.298.987)	(1.458.022)
Outros passivos	343.557	145.031	-	-
Revalorizações de activos tangíveis (inclui terrenos custo considerado SNC)	-	-	(2.215.910)	(2.230.580)
Mais valias diferidas	-	-	(97.882)	(104.018)
Subsídios ao investimento	-	-	(38.579)	(42.429)
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Imparidades em clientes	193.959	319.326	-	-
Activos fixos tangíveis	304.393	304.393	-	-
	<u>3.382.704</u>	<u>2.724.666</u>	<u>(4.132.217)</u>	<u>(3.835.049)</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 foi como se segue:

	2016		2015	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	2.724.666	(3.835.049)	3.066.937	(28.044.421)
Efeito em resultados:				
Provisões não consideradas fiscalmente	(146.309)	-	48.287	-
Benefícios de reforma (Pensões)	(98.907)	-	(197.863)	-
Gastos diferidos fiscalmente			(20.172)	-
Instrumentos financeiros derivados	(251.242)	(480.858)	274.696	-
Diferenças entre a base tributável e o valor contabilístico de:				
Activos tangíveis (Reavaliações legais anteriores a 2009)	-	11.173		27.745
Activos tangíveis (Custo considerado na data de transição)	-	162.532	(1.150)	178.382
Outros passivos	198.526	-		-
Mais valias diferidas	-	6.135		23.988.763
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Imparidade em clientes	(125.367)	-	(73.398)	-
Activos fixos tangíveis	-	-	52.570	-
	(423.299)	(301.018)	82.970	24.194.891
Efeito em reservas:				
Ganhos e perdas actuariais	1.116.160	-	(307.246)	-
Derivados	(34.822)	-	(117.995)	-
Subsidio ao investimento	-	3.850	-	3.926
Excedentes revalorização	-	-	-	10.555
	1.081.338	3.850	(425.241)	14.481
Saldo final	3.382.704	(4.132.217)	2.724.666	(3.835.049)

O saldo dos passivos por impostos diferidos já contempla o imposto diferido registado na data de transição para o SNC referente à revalorização livre efetuada na rubrica de ativos fixos tangíveis "terrenos", e ao custo considerado na data de transição de bens totalmente depreciados a essa data, nos montantes de 2.084.950 euros e de 1.475.019 euros (Ver Nota 15).

12 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	17.700.852		17.700.852	16.601.964	-	16.601.964
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	3.638.346	(10.628)	3.627.718	4.725.375	-	4.725.375
Produtos acabados e intermédios	6.904.360	(16.125)	6.888.235	7.423.322	-	7.423.322
Produtos e trabalhos em curso	429.573	-	429.573	301.969	-	301.969
	28.673.131	(26.753)	28.646.378	29.052.629	-	29.052.629

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	16.601.964	4.725.375	21.327.339
Compras	167.390.137	83.059.000	250.449.137
Regularizações	(8.474.542)	(813.742)	(9.288.285)
Saldo final	(17.700.853)	(3.638.346)	(21.339.199)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	157.816.706	83.332.286	241.148.992

	2015		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	17.163.874	3.877.359	21.041.233
Compras	157.265.543	91.772.309	249.037.852
Regularizações	(8.481.592)	210.826	(8.270.766)
Saldo final	(16.601.964)	(4.725.375)	(21.327.339)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	149.345.860	91.135.120	240.480.980

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efetuadas a clientes e mercadoria deteriorada.

A variação dos inventários da produção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016		
	Produtos acabados	Produtos trab. curso	Total
Saldo inicial	(7.423.322)	(301.969)	(7.725.291)
Regularizações	(1.025.821)	-	(1.025.821)
Saldo final	6.904.360	429.573	7.333.933
Variação dos inventários da produção	(1.544.783)	127.604	(1.417.179)

	2015		
	Produtos acabados	Produtos trab. curso	Total
Saldo inicial	(8.201.814)	(197.649)	(8.399.463)
Regularizações	(1.203.709)	-	(1.203.709)
Saldo final	7.423.322	301.969	7.725.291
Variação dos inventários da produção	(1.982.201)	104.320	(1.877.881)

A regularização de inventários diz principalmente respeito a ofertas efetuadas a clientes e a produtos deteriorados.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)				
Pagamentos por conta	-	(5.836.639)	-	(5.899.153)
Estimativa de imposto (Ver Nota 11)	-	9.169.509	-	7.107.904
Retenção na Fonte	-	(13.159)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	854.529	-	929.045
Imposto sobre o valor acrescentado	45.563	9.869.953	436.953	11.617.515
Contribuições para a Segurança Social	-	1.154.701	-	1.151.919
Outros Impostos	-	76.980	-	92.639
	<u>45.563</u>	<u>15.275.874</u>	<u>436.953</u>	<u>14.999.868</u>

O item mais significativo registado nesta rubrica é o Imposto de Valor Acrescendo (IVA) no valor de 9.869.953 Euros. Este valor é referente ao IVA de Novembro e Dezembro pago, respetivamente em Janeiro e Fevereiro de 2017.

O saldo do ativo inclui o Imposto sobre valor acrescentado a recuperar do Estado. Esta situação deve-se ao facto do IVA das Vendas (Leite) ser inferior ao IVA que a Empresa suporta essencialmente ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos.

14 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 as rubricas de Ativos financeiros detidos para negociação e dos passivos financeiros detidos para negociação apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Derivados - Potencialmente favoráveis	2.353.473	473.213
Derivados - Potencialmente desfavoráveis	(548.403)	(1.562.189)
	<u>1.805.070</u>	<u>(1.088.976)</u>

Estes ativos e passivos estão relacionados com os mencionados na Nota 15 em "Outras Reservas".

15 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 240.000 ações nominativas com o valor nominal de 125,00 Euros, cada.

CAPITAL

	2016	2015
Capital		
Valor nominal	30.000.000	30.000.000
Prémios / descontos	13.732.757	13.732.757
	<u>43.732.757</u>	<u>43.732.757</u>

TIPOS DE ACÇÕES

	Valor nominal	Nº de acções
2016		
Nominativas	125	240.000
	<u>125</u>	<u>240.000</u>
2015		
Nominativas	125	240.000
	<u>125</u>	<u>240.000</u>

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2016 a reserva legal ascendia a 6.000.000 euros.

Outras reservas

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as outras reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva de cobertura	Reserva de conversão cambial	Outras	Total outras reservas
Quantia em 1-1-2015	(986.983)	397.935	156.098	(432.950)
CFH reserve -Commercial (NTC	-	(186.991)	-	(186.991)
CFH reserve -Commodity (Nestlé UK)	632.256	-	-	632.256
CFH reserve -Commodity (Nestlé Espanha)	-	-	-	-
Imposto diferido Hedge reserve	-	-	(117.996)	(117.996)
Quantia em 31-12-2015	(354.727)	210.944	38.103	(105.681)
CFH reserve -Commercial (NTC	-	114.469	-	114.469
CFH reserve -Commodity (Nestlé UK)	16.934	-	-	16.934
CFH reserve -Commodity (Nestlé Espanha)	-	-	-	-
Imposto diferido Hedge reserve	-	-	(34.822)	(34.822)
Quantia em 31-12-2016	(337.793)	325.413	3.281	(9.099)

Os valores apresentados acima correspondem às alterações do valor de mercado na parte em que a cobertura é considerada como eficaz dos instrumentos de cobertura do risco de flutuações no preço de compra de algumas matérias-primas ("Commodity") e dos instrumentos de cobertura dos riscos de flutuação de taxas de câmbio para outras moedas que não o euro ("Commercial").

Resultados transitados

A variação em 2016 dos resultados transitados diz respeito a:

- Incorporação do resultado líquido do período anterior no montante de 212.271.723 euros;
- Distribuição de dividendos de 250.000.000 euros;

A rubrica de resultados transitados inclui os montantes (líquidos de depreciação) de 6.298.292 euros e de 4.961.841 euros referentes a reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais não realizadas ao montante não realizado do custo considerado na data de transição para o SNC de bens totalmente depreciados a essa data. Estes montantes não se encontram disponíveis para distribuição aos acionistas.

Distribuições

Em 2016 foram atribuídos aos acionistas, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 9 de maio de 2016, dividendos no montante de 250.000.000 euros (1.041,67 € por ação). O seu pagamento ocorreu em junho de 2016.

Excedentes de Revalorização (Terrenos)

O movimento do excedente de revalorização (rubrica "Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis") no período findo em 31/12/2016 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização	Imposto Diferido	Total
Saldo no início do período	8.956.464	(2.084.949)	6.871.515
Revalorizações do período	-	-	-
Depreciações e imparidades	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-
Saldo no final do período	8.956.464	(2.084.949)	6.871.515

O montante de 8.956.464 euros (antes de imposto diferido) do excedente de revalorização não se encontra disponível para distribuição.

Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	(3.248.090)	(4.145.143)
Ganhos e perdas actuariais	(4.226.674)	1.168.572
Imp diferido ganhos e perdas actuariais	1.116.160	(307.246)
Subsidio investimento	(17.113)	(17.450)
Imp diferido subsidio investimento	3.850	3.926
Licença de Co2:		
Atribuição	58.346	57.975
Utilização	(9.262)	(8.725)
Saldo final	(6.322.783)	(3.248.090)

Nesta rubrica encontra-se registado as perdas actuariais, as licenças de CO2 e o respetivo imposto diferido.

16 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo final
Impostos	1.111.075	-	-	-	1.111.075
Processos judiciais em curso	120.465	27.054	-	(80.677)	66.842
Contratos onerosos	-	40.000	-	-	40.000
Matérias Ambientais	27.502	-	(22.400)	(5.102)	-
Reestruturações	2.434.368	1.252.509	-	(2.434.368)	1.252.509
Outras provisões	532.077	157.621	(39.474)	(60.474)	589.750
	<u>4.225.487</u>	<u>1.477.184</u>	<u>(61.874)</u>	<u>(2.580.621)</u>	<u>3.060.176</u>

	2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo final
Impostos	1.795.967	-	(684.892)	-	1.111.075
Processos judiciais em curso	381.577	70.799	(331.911)	-	120.465
Matérias ambientais	22.400	5.102	-	-	27.502
Reestruturações	2.252.154	2.434.368	-	(2.252.154)	2.434.368
Outras provisões	488.334	532.077	(488.334)	-	532.077
	<u>4.940.432</u>	<u>3.042.346</u>	<u>(1.505.137)</u>	<u>(2.252.154)</u>	<u>4.225.487</u>

A provisão para Impostos refere-se à melhor estimativa da empresa sobre o possível dispêndio com os processos fiscais que se encontram em Tribunal.

A provisão para Processos Judiciais regista a nossa melhor estimativa relativas a obrigações presentes referentes a processos judiciais em curso.

À data de 31 de Dezembro de 2016 e de 31 de Dezembro de 2015 não existem passivos nem ativos contingentes.

17 RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Fundo de Pensões do Grupo Nestlé é desde o dia 1 de Janeiro de 2011 um fundo misto, sendo composto, por uma componente de Contribuição Definida com rentabilidade mínima garantida (para os colaboradores ativos da empresa) e outra de Benefício Definido (para os beneficiários do fundo à data de 31 de Dezembro de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 foram utilizados os seguintes pressupostos que originaram os resultados apresentados:

PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS (em percentagem)

	2016	2015
Taxa de desconto	1,00%	2,00%
Retorno esperado dos activos do plano	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento de pensões	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial	1,50%	1,50%

RESULTADOS

	2016	2015
Custo dos serviços correntes	2.128.165	2.116.355
Contribuições empregados	(474.367)	(421.323)
Custo de juros	811.355	732.868
Retorno esperado dos ativos do plano	(772.385)	(678.101)
Gastos administrativos	35.985	20.910
Total de gastos	1.728.753	1.770.708

Os totais de gastos do período encontram-se explicados nas notas 23 (gastos com pessoal) e 27 (juros)

A responsabilidade do fundo bem como a composição dos ativos do plano apresentam a seguinte composição:

RESPONSABILIDADE

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	(47.649.002)	(42.021.829)
Justo valor dos ativos do fundo	40.386.233	38.957.785
	(7.262.769)	(3.064.044)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - pré-reforma	(555.155)	(899.757)
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos	(7.817.924)	(3.963.801)

MOVIMENTOS RESPONSABILIDADE

	2016	2015
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	42.021.829	43.240.125
Custo dos serviços correntes	2.128.165	2.116.355
Custo de juros	811.355	732.868
(Ganhos)/perdas actuariais	5.595.839	(1.343.589)
Benefícios pagos	(2.908.186)	(2.723.930)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	47.649.002	42.021.829

MOVIMENTOS ATIVOS DO FUNDO

	2016	2015
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	38.957.784	39.021.688
Contribuição dos empregados	474.367	421.323
Retorno esperado dos ativos	772.385	678.101
Ganhos/(perdas) actuariais	1.369.165	(175.017)
Contribuições para o fundo	1.756.704	1.756.528
Benefícios pagos	(2.908.186)	(2.723.930)
gastos administrativos	(35.985)	(20.910)
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	40.386.233	38.957.784

ANALISE DE SENSIBILIDADE À:

Taxa de desconto (+-0,5p.p.)

	TD+0,5%	Dif	TD-0,5%	Dif
Contribuição definida com rend.mínimo garantido	24.990.902	-7,30%	29.190.545	8,20%
Benefício Definido	19.557.796	-5,40%	21.904.689	5,90%
Total	44.548.698	-6,50%	51.095.234	7,20%

Taxa aumento salarial (+-0,5p.p.)

	TD+0,5%	Dif	TD-0,5%	Dif
Contribuição definida com rend.mínimo garantido	27.740.039	2,80%	26.265.343	-2,60%
Benefício Definido	20.675.720	0,00%	20.675.720	0,00%
Total	48.415.759	1,60%	46.941.063	-1,50%

Taxa aumento pensões (+-0,5p.p.)

	TD+0,5%	Dif	TD-0,5%	Dif
Contribuição definida com rend.mínimo garantido	26.973.282	0,00%	26.973.282	0,00%
Benefício Definido	21.948.571	6,20%	19.507.298	-5,70%
Total	48.921.853	2,70%	46.480.580	-2,50%

A provisão para benefícios de Pré-reforma inclui a estimativa para os montantes a liquidar a colaboradores, com os quais foram celebrados acordos de pré-reforma, entre a data da celebração do acordo / data da cessação de funções e a data de inclusão do trabalhador como beneficiário do benefício de reforma ("Fundo de Pensões").

18 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica "outras dívidas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Não Correntes		
Outras dívidas a pagar	791.871	-
	<u>791.871</u>	<u>-</u>
Correntes		
Outras dívidas a pagar	24.767.260	22.609.109
	<u>24.767.260</u>	<u>22.609.109</u>
	<u>25.559.131</u>	<u>22.609.109</u>

Na rubrica de outras contas a pagar encontram-se registados os encargos referentes a gastos com pessoal (nomeadamente com férias e subsidio de férias e bónus, bem como, o encargo com a respetiva segurança social), no valor total de 10.758.340 euros (2015:10.661.712 euros), assim como os acréscimos de gastos com o negócio da Nespresso no montante aproximado de 6.120.787 euros (2015: 4.374.888 euros). Estão também registados 910.937 euros (2015: 943.106 euros) referentes a energia, serviços de consultadoria e transporte, fornecimento de leite no valor de 154.403 euros (2015: 298.297 euros) e ainda 2.296.332 euros (2015: 2.223.934 euros) referentes a royalties.

19 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	64.343.094	56.180.638
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	9.701.292	8.221.997
	<u>74.044.386</u>	<u>64.402.635</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2016	2015
		Montante utilizado	Montante utilizado
		Corrente	Corrente
Instituições financeiras:			
Empréstimos bancários:			
	Santander Totta	-	-
		-	-
Outros empréstimos obtidos:			
Cash Pooling	Nestlé Espanha	28.356.776	1.465.365
		28.356.776	1.465.365
		28.356.776	1.465.365

A Partir de Outubro de 2010 a Nestlé Portugal, juntamente com todas as demais Sociedades do grupo Nestlé em Portugal, adotou o sistema Cash Pooling. Desta forma a sociedade apresenta um saldo credor para com a empresa mãe (Nestlé Espanha) referente aos saldos bancários diariamente transferidos para a conta da Nestlé Espanha no montante acima mencionado. (Nota 5)

O cash-pooling vence juros à taxa de juro Euribor (a 1 mês), acrescida de um spread de 0,25%, sendo que não existe maturidade definida.

20 RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Venda de bens	472.941.862	456.074.417
Prestação de serviços	7.000.533	6.529.411
	479.942.395	462.603.829

As vendas são apresentadas líquidas de todos os descontos/pagamentos a clientes, reduções de preço ao consumidor. Este conceito é internamente designado como NNS ("Net Net Sales"). Alguns exemplos de descontos abrangidos por este conceito são: taxas de não devolução, taxas de centralização, descontos em cupões e comissões a agentes.

As vendas de bens cresceram cerca de 4%, devido aos negócios de Bebidas (achocolatados, bebidas de cereais com e sem café e doce gusto), OOH (cafés, gelados e vending) e Nespresso.

21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O rédito relativo a subsídios à exploração reconhecido pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

2016:

Subsídio	Saldo Inicial 2016	Subsídio 2016	Montante recebido em 2016	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:	63.011	87.344	32.667	117.688	87.344
	63.011	87.344	32.667	117.688	87.344

2015:

Subsídio	Saldo Inicial 2015	Subsídio 2015	Montante recebido em 2015	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:	17.570	66.667	21.225	63.011	66.667
	17.570	66.667	21.225	63.011	66.667

Trata-se de um subsídio atribuído pela Região Autónoma dos Açores, referente ao custo parcial do transporte de leite em pó exportado em 2016, que irá ser recebido em 2017 e não será reembolsável.

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
62100 Subcontratos	1.369.031	1.283.691
62210 Serviços especializados -Trabalhos especializados	13.046.936	12.637.478
62220 Serviços especializados -Publicidade e propaganda	42.717.503	35.369.578
62230 Serviços especializados - Vigilância e segurança	518.720	674.302
62240 Serviços especializados - Honorários	792.737	1.070.892
62250 Serviços especializados - Comissões	185.803	131.967
62260 Serviços especializados - Conservação e reparação	4.888.915	5.320.220
62280 Serviços especializados - Outros	785.400	545.624
62310 Materiais - Ferr. e utensílios de desg. rápido	586.472	401.453
62320 Materiais - Livros e documentação técnica	14.255	31.244
62330 Materiais - Material de escritório	236.768	236.335
62340 Materiais - Artigos para oferta	346	650
62360 Materiais - Limpeza, higiene e conforto	56.118	105.177
62370 Materiais - Laboratório	67.318	78.309
62380 Materiais - Outros	279.632	310.823
62410 Energia e fluidos - Eletricidade	2.236.829	2.061.207
62420 Energia e fluidos - Combustíveis	1.404.259	1.453.196
62430 Energia e fluidos - Água	445.501	427.733
62480 Energia e fluidos - Outros	2.632.719	3.005.386
62510 Deslocações e estadas	2.662.597	2.620.457
62530 Transportes de mercadorias	9.098.527	8.997.195
62610 Serviços diversos - Rendas e alugueres	7.033.899	7.202.881
62620 Serviços diversos - Comunicação	870.455	890.050
62630 Serviços diversos - Seguros	685.542	711.141
62640 Serviços diversos - Royalties	23.845.558	22.984.348
62660 Serviços diversos - Despesas de representação	156.773	257.393
62670 Serviços diversos - Limpeza, higiene e conforto	434.645	615.957
62680 Serviços diversos - Outros	9.679.417	7.440.485
	<u>126.732.678</u>	<u>116.865.170</u>

Os gastos com fornecimentos e serviços externos cresceram cerca de 8% relativamente a 2015, essencialmente pelo aumento dos gastos com publicidade e propaganda. A variação verificada na conta de serviços diversos – outros, deve-se ao aumento do gasto com o *outsourcing* de serviços de manutenção.

Os gastos com publicidade e propaganda incluem despesas com "media" aproximadamente 9.177.487 euros (2015: 9.158.473 euros), atividades no ponto de venda 11.000.000 euros (2015: 9.000.000 euros), patrocínios 3.600.000 euros (2015: 3.000.000), bem com publicidade do negócio Nespresso no montante de 5.700.000 euros (2015: 5.200.000 euros). O aumento desta rubrica está diretamente relacionado com o crescimento da atividade da empresa.

A rubrica de Royalties inclui, na sua maioria, os valores que são pagos à Société de Produits Nestlé. O crescimento desta rubrica aumentou relativamente ao ano 2015, devido ao crescimento das vendas da empresa aliado ao facto de também termos vendido mais para entidades terceiras do que entidades aliadas.

23 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	48.545.551	46.760.739
Benefícios pós-emprego	1.661.501	1.711.992
Indemnizações	3.991	152.079
Encargos sobre remunerações	10.690.894	10.559.130
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	383.560	336.210
Gastos de acção social	2.942.985	3.018.237
Outros	3.282.503	2.984.451
	<u>67.510.984</u>	<u>65.522.837</u>

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, no período, foi de 1869 (2015: 1781).

24 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Outros rendimentos suplementares	5.005.280	4.775.490
Recuperação de dívidas a receber	82.973	65.843
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	2.680.748	632.267
Outros	4.421.986	3.792.999
	<u>12.190.987</u>	<u>9.266.600</u>

A variação desta rubrica deve-se ainda ao facto de se ter reconhecido o ganho associado à venda do negócio de gelados à Froneri, no valor de 3.449.672,96 euros.

25 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Impostos	350.141	429.205
Dívidas incobráveis	238	29.875
Perdas em inventários	1.181.962	1.063.422
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	468.023	301.986
Outros	8.619.643	8.345.111
	<u>10.620.008</u>	<u>10.169.599</u>

Na rubrica Outros encontram-se registados gastos com donativos, nos montantes de 109.136 euros (2015: 149.376 euros), quotizações 95.340 euros (2015: 89.590 euros) e gastos com ofertas e amostras de inventários 3.511.368 euros (2015: 3.144.214 euros).

26 DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Activos fixos tangíveis (nota 6)	12.382.333	11.943.443
Intangíveis (nota 7)	165.644	42.905
	<u>12.547.977</u>	<u>11.986.348</u>

27 JUROS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 são detalhados conforme se segue:

	2016	2015
Juros suportados		
Financiamentos bancários	122.962	366.183
Financiamentos obtidos de associadas e entidades conjuntamente controladas	22.983	20.152
Outros financiamentos	75.576	80.449
	<u>221.521</u>	<u>466.784</u>
Outros gastos de financiamento	84.616	56.328
	<u>306.137</u>	<u>523.112</u>

O decréscimo desta rubrica deve-se à diminuição do gasto com juros relativos ao Cash Pooling.

Nesta rubrica estão incluídos os juros referente aos gastos financeiros com o fundo de pensões.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 são detalhados conforme se segue:

	2016	2015
Juros obtidos		
Outros	21.732	29.342
	<u>21.732</u>	<u>23.725</u>

Os juros registados nesta rubrica são referentes a juros cobrados a clientes por atrasos no pagamento.

Locações operacionais

Em 31/12/2016 e 31/12/2015 o Grupo é locatário em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras de passageiros e mercadorias bem como empilhadores, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31/12/2016 e 31/12/2015 são detalhados conforme se segue:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2016	2015
Até 1 ano	1.497.918	1.605.602
Entre 1 ano e 5 anos	1.773.645	1.784.615
	<u>3.271.563</u>	<u>3.390.217</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos períodos findos em 31/12/2016 e 31/12/2015 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2016	2015
Pagamentos mínimos	3.155.558	3.185.388
	<u>3.155.558</u>	<u>3.185.388</u>

Locações financeiras

O valor presente dos pagamentos mínimos de locação são detalhados conforme se segue:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	
	2016	2015
Até 1 ano	371.497	347.245
Entre 1 ano e 5 anos	1.076.360	1.089.899
A mais de 5 anos	-	-
	<u>1.447.857</u>	<u>1.437.144</u>

29 PARTES RELACIONADAS

O Grupo é detido em 100 % pela Nestlé Espanha, S.A.com sede em Barcelona.

No decurso dos períodos findos em 31/12/2016 e 31/12/2015 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Ano 2016:

	Compras de inventários	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Outros	Serviços prestados	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	49.144.511	5.182.808	142.805	26.086.708	1.293.058	3.194.216	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	20.240.686	-	-	11.641.025	-	5.754.547	-
Outras partes relacionadas	118.295.518	9.836.336	-	34.208.172	1.123.867	960.840	23.845.556
	<u>187.680.715</u>	<u>15.019.144</u>	<u>142.805</u>	<u>71.935.905</u>	<u>2.416.925</u>	<u>9.909.603</u>	<u>23.845.556</u>

Ano 2015:

	Compras de inventários	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Outros	Serviços prestados	Juros obtidos	Royalties pagos
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	46.399.743	4.070.884	384.092	31.102.239	347.995	3.281.651	21.077	-
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	19.770.750	-	-	11.287.123	-	5.968.153	-	-
Outras partes relacionadas	113.501.540	11.625.554	-	29.016.535	686.217	732.642	-	24.327.575
	<u>179.672.033</u>	<u>15.696.438</u>	<u>384.092</u>	<u>71.405.897</u>	<u>1.034.212</u>	<u>9.982.446</u>	<u>21.077</u>	<u>24.327.575</u>

Em 31/12/2016 e 31/12/2015 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Ano 2016:

	Contas a receber correntes	Financiamento a receber cash pooling	Total Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamentos a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	3.212.581	333.468	3.546.048	7.041.735	28.356.776	35.398.510
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	1.332.434	-	1.332.434	2.172.528	-	2.172.528
Outras partes relacionadas	6.291.281	-	6.291.281	9.546.037	-	9.546.037
	<u>10.836.296</u>	<u>333.468</u>	<u>11.169.763</u>	<u>18.760.300</u>	<u>28.356.776</u>	<u>47.117.076</u>

Ano 2015:

	Contas a receber correntes	Financiamento a receber cash pooling	Total Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Financiamentos a pagar cash pooling	Total contas a pagar
Empresa-mãe: Nestlé Espanha	4.255.562	195.280.466	199.536.028	7.201.284	1.465.365	8.666.648
Interesses em empreendimentos conjuntos: CAP	1.642.360	-	1.642.360	1.715.096	-	1.715.096
Outras partes relacionadas	10.223.804	-	10.223.804	9.262.829	-	9.262.829
	<u>16.121.726</u>	<u>195.280.466</u>	<u>211.402.191</u>	<u>18.179.209</u>	<u>1.465.365</u>	<u>19.644.574</u>

A Nestlé Portugal, S.A. pagou à Nestle Espanha referente ao Ano de 2015, dividendos no montante de 250.000.000 euros (ver Nota 15).

A Nestlé Portugal, S.A. recebeu dividendos do Agrupamento Cereal Associados de Portugal – A.E.I.E. no valor de 1.055.837 euros.

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo Art.º 508-F do código das sociedades comerciais:

- a) Não existem operações não incluídas no Balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;
- b) Os honorários totais faturados no período findo em 31/12/2016 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 65.310 euros sendo detalhados conforme se segue:

Tipo de serviços	Honorários faturados	
	2016	2015
Revisão legas das contas anuais	70.110	69.050
	70.110	69.050

Informação requerida pelo Art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social;
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

31 GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas a terceiros à data de 31/12/2016 no montante total de 1.814.047 euros são as seguintes:

Garantia	Entidade bancária	montante
Alfandega	BPI	200.000
Instalações arrendadas	BPI	46.048
Instalações arrendadas	BST	79.473
Processos Judiciais em curso	BST	249.325
Autoridade Tributária	BST	992.822
Concursos	BST	246.379
		1.814.047

32 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão a 28 de abril de 2017.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que alterassem as condições à data do balanço.

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Carvalho Pinho

O Conselho de Administração
Laurent Stéphane Rémy Dereux
Jorge Llach Fernandez
Gian Paolo Chiaia
Jorge Olalde Betoño
Luis Filipe Cardoso Rodrigues
Miguel Serra Heras



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Nestlé Portugal, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 252.007.041 euros e um total de capital próprio de 93.212.154 euros, incluindo um resultado líquido de 20.999.151 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada da **Nestlé Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;





- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorrecções materiais.

12 de Julho de 2017

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Rui Miguel Nogueira Machado (ROC n.º 1012)

